

Os “Representantes de Deus” e o sistema partidário: uma análise da distribuição das candidaturas evangélicas (1998-2014)

Tiago Borges¹
Flávia Babireski²

73

Resumo: O artigo trata da relação entre o sistema partidário brasileiro e a inserção dos evangélicos na arena política nos últimos anos, investigando o lançamento de candidaturas para Deputado Federal por parte das principais Igrejas neopentecostais entre 1998 e 2014. Mesmo com certa estabilidade institucional, indagamos a respeito de transformações e de diferenças na distribuição de candidaturas nos partidos. Em uma análise da distribuição de candidaturas vinculadas às Igrejas evangélicas, identificamos: progressivo esvaziamento de candidaturas evangélicas nos partidos mais tradicionais, com um aumento expressivo em partidos médios e pequenos; diferentes estratégias o campo evangélico: enquanto a Assembleia de Deus dispersou suas candidaturas, a Igreja Universal do Reino de Deus concentrou em apenas um partido. Tais achados sugerem que a heterogeneidade do campo evangélico foi absorvida pelo nosso sistema partidário, que não colocou empecilhos para as diferentes estratégias.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Evangélicos; Sistema partidário; Representação política; Instituições políticas brasileiras.

¹ Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política (UFSC) e do Programa de Pós Graduação de Sociologia e Ciência Política (UFSC). E-mail: tiago.daher@ufsc.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6961-8579>.

² Flávia Roberta Babireski, doutoranda em Ciência Política no PPGCP/UFPR, estuda partidos políticos, partidos de direita e partidos religiosos. Contato: flaviababireski@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4411-6542>.

1. Introdução

No presente trabalho, investigaremos a distribuição de candidaturas evangélicas em nosso sistema partidário, tratando, principalmente, daquelas vinculadas às igrejas neopentecostais. Sem ignorar a heterogeneidade desse grupo social, nosso trabalho pensará a respeito da sua relação com nosso sistema político, marcado por instituições que, segundo boa parte da literatura, tendem oferecer reduzidas barreiras à entrada de novos partidos políticos e incentivar estratégias personalistas na arena eleitoral. Logo, pensando nesse contexto institucional, indagaremos se é possível verificar algum padrão de concentração ou dispersão de candidaturas, o que pode sugerir diferenças de estratégias das igrejas na alocação de candidaturas em nosso sistema partidário.

Em nossa análise empírica, observaremos como as candidaturas evangélicas estão dispostas em nossos partidos nas eleições para Deputado Federal, nos pleitos entre 1998 e 2014. Lidaremos com possíveis diferenças na distribuição de candidaturas, quando as separamos pelas igrejas que elas estão vinculadas. Assim, não trataremos os evangélicos como um grupo homogêneo, mas buscaremos compreender a sua heterogeneidade e complexidade interna quando olharmos a distribuição de candidaturas. É importante destacar que a Câmara Federal talvez seja a arena que esse grupo tem ganhado maior visibilidade no debate público desde a nossa redemocratização, em que começamos a ver uma discussão a respeito da existência e do crescimento da “bancada evangélica”.

Além disso, investigaremos como esse fenômeno se manifestou ao longo dessas eleições, em que pensaremos a respeito das variações no tempo dessas distribuições. Utilizando o chavão neo-institucionalista, partiremos do pressuposto que instituições eleitorais importam, entretanto, não determinam os resultados finais e que, mesmo com a relativa estabilidade institucional nas últimas décadas, estratégias podem ser alteradas ao longo do tempo. Ou seja, estamos mais interessados nas possíveis transformações ao longo dos últimos anos do que em um efeito estático das regras no comportamento dos atores.

Para isso, na primeira parte, faremos uma breve apresentação das principais abordagens e teses a respeito da relação dos sistemas partidários e grupos sociais. A partir dessa exposição, discutiremos como a literatura viu esse fenômeno no caso

brasileiro, normalmente tratado como um caso de dissociação entre os representantes e representados. Em seguida, apresentaremos nosso problema de pesquisa a partir do recorte que nossos esforços irão se dedicar: a inserção política dos evangélicos nos últimos anos. Nas duas últimas partes, nos dedicaremos à análise dos dados de candidaturas, tratando de sua heterogeneidade regional e também no interior do próprio campo religioso. Como ficará claro, os achados apontam para um fenômeno complexo, permeado por grande heterogeneidade interna, com distintos comportamentos das Igrejas no lançamento de candidaturas.

2. Discutindo abordagens: sistemas partidários, mudança e grupos sociais

75

A discussão sobre a relação dos partidos políticos com os grupos sociais é comum nos estudos inaugurais sobre o funcionamento e os propósitos das democracias representativas, que se desenvolveram e consolidaram ao longo do século XIX e XX. Preocupados com os efeitos da progressiva extensão dos direitos políticos, a indagação que se colocava era o modo que setores populares da população seriam incorporados pelos sistemas políticos (LAPALOMBARA, WEINER, 1966; WEBER, 1991; NEUMANN, 1965). Ou seja, como se daria a expansão da cidadania política e qual seria o papel dos partidos políticos nesse processo de integração e progressiva canalização de novas vozes. De maneira geral, tratam-se de esforços empíricos que, de certo modo, continham preocupação com o “dever ser” dos sistemas políticos, além de representarem uma abordagem hegemônica nos primeiros esforços de compreensão dos fenômenos políticos, que colocavam as transformações nas estruturas sociais e os grupos como os principais elementos explicativos dos fenômenos políticos³.

Em um primeiro momento, a literatura que tratou do tema enfatizou determinantes *estruturais* na conformação das diferenças entre os sistemas partidários em relação à quantidade de partidos e o que eles representam. Tanto aspectos *societais* quanto *institucionais* são identificados como determinantes no

³ Trata-se da abordagem que se tornou hegemônica na conhecida guinada behaviorista, que ocorreu na década de 50 nos EUA e foi responsável por uma proposta que combinava uma visão da política como determinada por transformações sociais. Para essa abordagem, a concepção de partidos políticos está muito vinculada a atuação de grupos sociais e de interesses (PERES, 2008).

modo em que grupos têm acesso ao sistema político, como os partidos são criados e se desenvolvem, etc. O clássico trabalho de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1990) exemplifica a utilização de fatores sociais na explicação das variações da representação dos grupos sociais. Com grande influência da *sociologia política parsoniana*, os autores sustentam que o modo como ocorreram as grandes revoluções nos séculos XVIII e XIX determinaram os principais conflitos existentes nas sociedades e que, por sua vez, regeram o conteúdo dos sistemas partidários europeus. Ou seja, o argumento é de que as variações nas forças políticas representadas nos sistemas partidários foram determinadas por longos processos históricos exógenos aos sistemas políticos:

The crucial differences among party systems emerged in early phases of competitive politics, before the final phase of mass mobilization. They reflect basic contrast in conditions and sequences of nation-building and in the structure the economy at the point of take-off towards sustained growth (LIPSET, ROKKAN, 1990, p. 122).

76

Para tal abordagem, a mudança nos padrões de votação e no formato do sistema partidário, por exemplo, são atribuídos aos determinantes exógenos à política, ao modo como as clivagens sociais são formadas e se desenvolvem e como se dá o conflito entre os grupos sociais. Trata-se de uma explicação que pode ser facilmente identificada em obras que trataram da formação e da crise do sistema partidário do período 1946-64. Estas identificavam que transformações sociais do período proporcionaram fortes efeitos na estrutura da competição política, levando, inclusive à sua deterioração e implosão em 1964⁴.

Ainda em relação às explicações aqui denominada como *estruturais*, também é possível destacar obras que enfatizam a centralidade de *instituições* eleitorais na quantidade de partidos e no padrão de competição política. Desde os trabalhos de Maurice Duverger (1970) e Douglas Rae (1967), o sistema eleitoral é tratado como principal variável institucional na explicação sobre o número de partidos. Para tal abordagem, o conjunto de regras que rege a conversão de votos e cadeiras, o número

⁴ O trabalho de Gláucio Soares é emblemático ao destacar a importância de transformações sócio econômicas em mudanças no sistema partidário do período entre 1945 e 1962. Mesmo sem desprezar elementos organizacionais dos partidos e institucionais, o autor identifica “a existência de estreitas relações entre desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, por um lado, e a penetração dos diferentes partidos, por outro” (SOARES, 2001, p. 206).

de eleitos por distrito eleitoral (RAE, 1967; TAAGEPERA, SHUGART; 1989; LIJPHART, 1994), o formato da lista, facilita ou dificulta a entrada de novos partidos, favorecendo ou desfavorecendo que forças minoritárias sejam incorporadas no sistema partidário⁵. Assim, a explicação do modo como eleitores e lideranças realizam seus cálculos, estratégias e se comportam é encontrada nas instituições políticas (principalmente, as eleitorais). A partir desse raciocínio, a mudança e a persistência de padrões de competição nos sistemas políticos são vistas como derivadas de como as “regras do jogo” interagem entre si e como, assim, condicionam as estratégias dos partidos, grupos, lideranças e eleitores.

Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado em grande parte dos estudos sobre a atual experiência democrática brasileira, que sustenta a primazia explicativa da estrutura institucional no modo como os partidos políticos se relacionam com o conjunto da sociedade. O diagnóstico hegemônico é de que as regras eleitorais da atual experiência democrática oferecem poucas restrições para a criação de novos partidos, favorecendo a fragmentação do sistema partidário (MAINWARING, 2001; KINZO, 2004; NICOLAU, 2006), além do estabelecimento de uma representação ancorada no político individual, em detrimento do partido político (SAMUELS, 1997; PEREIRA, MUELLER, 2003). Além disso, o sistema de lista aberta no Brasil proporcionaria a personalização da representação política em detrimento aos vínculos partidários. De modo geral, o que talvez seja paradoxal, o diagnóstico é de que, embora contenha poucas restrições para a criação de partidos, o sistema partidário brasileiro pouco representa os conflitos e grupos sociais, tendo escassos vínculos com o conjunto da população. Ou seja, a partir desse conjunto de instituições eleitorais, o diagnóstico em relação ao nosso sistema partidário é de uma elevada e artificial fragmentação, existindo uma grande distância em relação ao conjunto dos eleitores⁶.

⁵ “A influência dos sistemas eleitorais sobre as oportunidades dos partidos políticos constitui uma série mais ou menos contínua que se estende, desde o mais exato grau de proporcionalidade entre o número de cadeiras parlamentares, em direção a um grau de desproporcionalidade que cresce mais ou menos continuamente e que restringe as possibilidades dos partidos menores, até chegar a uma situação na qual apenas dois partidos terão a possibilidade de conquistar cadeiras legislativas” (NOHLEN citado por TAVARES, 1994, p. 51)

⁶ Como sustenta Maria D’Alva Kinzo: “A adoção de um conjunto de regras eleitorais complexo – sistema majoritário, sistema de representação proporcional com lista aberta e permissão de alianças entre os partidos – que dê conta de uma estrutura de poder presidencialista e federativa e um sistema partidário altamente fragmentado têm contribuído para obscurecer a inteligibilidade da competição

Mesmo sem romper com as interpretações anteriores, uma segunda abordagem tem sustentado que fatores estruturais são insuficientes para explicar o surgimento e as transformações nos sistemas partidários. Para algumas obras das últimas décadas (KALYVAS, 1996; COX, 1997; STOLL, 2013), as estratégias desenvolvidas pelas elites importam e podem variar, mesmo com condições sociais e institucionais semelhantes. Ou seja, em tais obras, destaca-se o caráter dinâmico do comportamento das elites na criação de partidos, na coordenação eleitoral e na expressão política de novas forças sociais. Trata-se de pensar que atores políticos buscam maximizar suas chances de êxito, influenciados não apenas pela estrutura social e institucional, mas também pela interação com outros atores e com as características internas das organizações políticas (partidos, Igrejas, sindicatos etc.)⁷.

78 Exemplificando tal abordagem, Stoll (2013) integra tanto elementos estruturais quanto dinâmicos em seu diagnóstico a respeito das transformações dos sistemas partidários europeus e norte-americano. Para a autora, a emergência de novos partidos em sistemas partidários já consolidados se explicaria não apenas aos incentivos institucionais e à estrutura social, mas também pela ação de lideranças políticas no processo de politização dos grupos sociais⁸:

(...) elites, and specifically political entrepreneurs, have an important role to play in both the politicization and participation of a latent group interest. Entrepreneurs help to politicize groups by encouraging the growth of a common group interest, as well as by developing the organizational structures that allow the group's interest to be expressed (STOLL, 2013, p. 36-7).

Ou seja, diferente das explicações estruturais, esses recentes estudos têm destacado que, mesmo com incentivos semelhantes, é possível que estratégias de partidos e lideranças políticas apresentem diferenças, dependendo de elementos dinâmicos, como a competição política e transformações nas motivações dos

partidária, desestimulando, portanto, o desenvolvimento de identidades partidárias" (KINZO, 2004, p. 57)

⁷ Por exemplo, Cox assim afirma sobre as possibilidades de redução do lançamento de partidos e candidaturas, que não dependem do sistema eleitoral: "(...) a religious cleavage with well-organized and well-financed churches (...) is more likely to be politically activated" (COX, 1997, p. 26)

⁸ Em uma análise sobre o caso israelense, Stoll identifica diferenças importantes em relação à expressão política de dois grupos sociais, que emergem a partir de duas ondas migratórias: os "sepharadis" e os "russos" (imigrantes de origem judaica que vieram da região do leste europeu). Segundo a autora, apenas o segundo grupo foi bem-sucedido em seus esforços político-eleitorais, o que é explicado pelo esforço de politização proporcionado por suas lideranças.

próprios atores políticos. Trata-se de uma abordagem que, longe de negar a influência de determinantes institucionais e sociais, acrescenta maior dinamismo e heterogeneidade nas estratégias e nos efeitos nos sistemas partidários.

Assim, sem desprezar questões estruturais presentes na democracia brasileira (tanto sociais quanto institucionais), no presente trabalho lidaremos com o dinamismo na relação de um específico grupo com o sistema partidário. Ou seja, trataremos do modo como se transformou ao longo das eleições a sua relação com nossos partidos políticos, mesmo com relativa estabilidade institucional. Assim, pensaremos com possibilidades explicativas não “estruturais”, pertencentes ao dinamismo das estratégias de certas organizações, que pode ter efeitos em nosso sistema partidário.

3. A inserção política dos evangélicos e o problema de investigação

79

A discussão a respeito da presença dos evangélicos na política brasileira é marcada por forte surpresa e temor de setores progressistas com o surgimento e o fortalecimento desse fenômeno em nossa atual experiência democrática. De maneira geral, a existência de um grupo social com forte presença nas casas legislativas contrasta com os diagnósticos de completo distanciamento de nosso sistema político com o conjunto da sociedade. Com uma relação muito próxima de crescimento populacional e sua tradução política⁹, o fenômeno evangélico ainda tem fomentado estudos de diversas áreas de conhecimento, que buscam tanto identificar explicações desse fenômeno, como destacar os desafios ao desenvolvimento da democracia que esse grupo promove.

Em relação aos trabalhos que tratam dos fatores de seu surgimento, destaca-se a tese de existência de uma progressiva separação entre Estado e Igreja Católica ao longo do século XX, que se consolida e se institucionaliza na Constituição de 1988. Para autores como Antonio F. Pierucci e Reginaldo Prandi (1996) e Alexandre da Fonseca (2002), tal “divorcio” proporcionou incentivos à “abertura do mercado”

⁹ Segundo a jornalista Andrea Dip, “o número de evangélicos no Parlamento brasileiro cresceu acompanhando a quantidade de fiéis. Segundo dados do último Censo Demográfico do país, realizado pelo IBGE em 2010, houve um aumento de 61,45% em 10 anos no Brasil” (DIP, 2018, p. 26-7), tornando o país “com o maior número proporcional de protestantes na América Latina. (...) No Congresso Nacional, a tendência seguiu esse aumento: (...) existem hoje entre oitenta e noventa parlamentares evangélicos vinculados à FPE (...), mais do que o dobro de que foi criada em 2003”.

tanto no campo religioso, quanto do político. Em uma busca pela ampliação do número de fiéis, por maior visibilidade, pela manutenção da liberdade religiosa e pela contenção de iniciativas progressistas, as Igrejas evangélicas se inseriram na política desde os princípios de nossa experiência democrática, se consolidando como uma expressiva força política em diversas arenas legislativas.

A intensidade e importância do fenômeno e sua repercussão pública tornou a produção resultante heterogênea, percorrendo por estudos de diversos ramos das ciências humanas. As motivações, características e efeitos da sua inserção política foram elementos investigados a partir de uma discussão mais voltada tanto para o campo religioso (PRANDI, CARNEIRO, 2018; ORO, 2003; MARIANO, 2004) quanto para a consolidação e o funcionamento do sistema político (FREESTON, 1993; MACHADO, 2006; SCHOENFELDER, 2006; BORGES, 2009; MARIANO, ORO, 2011; MARIANO, BURITY, 2014; LACERDA, 2017). Também tem sido apontado que o caso brasileiro exemplifica um fenômeno de representação política mais amplo nas democracias da América Latina, onde têm se identificado um êxito semelhante em outros países (VILLAZÓN, 2015; CARBONELLI, 2015).

80

Pensando exclusivamente no tema que aqui estamos desenvolvendo, destaca-se, em um primeiro momento, o diagnóstico de uma dispersão inicial de esforços das Igrejas Evangélicas (BORGES, 2009, LACERDA, 2017). Mesmo quando olhamos em estudos de caso de atuação política de algumas Igrejas específicas, tem sido apontada uma heterogeneidade de formas de atuação, além de um protagonismo importante da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (ORO, 2003, DANTAS 2011, NASCIMENTO, 2017). De maneira geral, essa realidade repleta de especificidades das organizações religiosas, convive com um “efeito mimético” da atuação política da IURD, que tem transformado as estratégias de outras Igrejas. Assim, a questão que aqui estamos tratando envolve um grupo social marcado tanto por certa heterogeneidade interna, quanto por movimentos de “cópia” de estratégias de atuação exitosas.

Em relação ao sistema partidário, pouco tem sido produzido sobre o envolvimento dos evangélicos com nossos partidos políticos (DANTAS, 2011, NETTO, SPECK, 2017; NASCIMENTO, 2017; LACERDA, 2017; TANAKA, 2018; CASSOTTA, 2019). De maneira geral, tem se identificado trabalhos descritivos a respeito da sua distribuição em nosso sistema partidário, entretanto, permanece

uma lacuna a respeito de suas estratégias ao longo das últimas eleições a respeito da concentração e dispersão de candidaturas, nos partidos escolhidos e na influência de elementos locais.

O objetivo das páginas que se seguem é explorar tais elementos, em um esforço de pensar o fenômeno da inserção política dos evangélicos como inserido em uma discussão a respeito do funcionamento de nosso sistema partidário, modelado não apenas pelas permissivas instituições eleitorais, como também pelas movimentações do grupo evangélico nas últimas eleições. Assim, olhando lançamento de candidaturas, a questão aqui lidaremos é como o grupo evangélico tem se relacionado com nossos partidos, observando se é possível identificar algum movimento de concentração em partidos que têm sido classificados como confessionais (BORGES, BOLOGNESI, BABIRESKI, 2017). A criação e transformação de partidos como PSC (Partido Social Cristão), PATRIOTAS, REPUBLICANOS e PL (Partido Liberal) coloca em questão a transformação de nosso sistema partidário e a possível mudança de comportamento das organizações evangélicas, mesmo com um ambiente institucional estável.

81

4. As candidaturas evangélicas e os partidos políticos brasileiros

Para investigar a problemática envolvida, lidaremos com cinco eleições para Deputado Federal, de 1998 a 2014, buscando identificar e compreender os padrões de distribuição no lançamento de candidaturas evangélicas ao longo desse período. Embora não seja possível tratar diretamente das motivações e das estratégias envolvidas, faremos algumas inferências a respeito desses elementos a partir da distribuição de candidaturas nesse período.

Em relação aos dados utilizados, utilizamos a base elaborada por Lacerda (2017b), com apenas os dados referentes às candidaturas para Deputado Federal. Para o autor, a classificação dos candidatos em evangélicos se deu a partir dos seguintes critérios: i) informações sobre os candidatos na literatura especializada sobre evangélicos e política no Brasil; ii) “nome de urna” dos dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral); iii) contato direto com as igrejas; iv) informações em portais de notícias sobre candidatos evangélicos.

4.1. As candidaturas evangélicas: as distribuições iniciais

O esforço empírico inicial será de identificar a existência de padrões e modificações ao longo desses anos, marcado por certa estabilidade institucional e consolidação de uma convivência do padrão de competição presidencial entre dois grandes partidos (PT – Partido dos Trabalhadores, e PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira), com uma expressiva fragmentação e heterogeneidade competitiva nas arenas locais (MELO, 2010).

A próxima tabela apresenta o percentual de candidaturas identificadas como evangélicas durante esse período:

Tabela 1. Quantidade de candidaturas evangélicas entre o total e entre eleitos (1998-2014)

Ano	% de Candidatos	N de Candidatos	% entre os Eleitos	N de eleitos
1998	2,3%	76	5,7%	29
2002	3,3%	139	8,4%	43
2006	3,4%	168	6,8%	53
2010	3,5%	170	12,7%	65
2014	3,6%	187	12,7%	65
Total		740		237

Fonte: Organização própria a partir dos dados do TSE e dos dados contidos em Lacerda (2017).

Os dados mostram um pequeno, mas crescente percentual ao longo desses anos, saltando de 2,3% em 1998 para 3,6% em 2014. Ou seja, estamos lidando com um grupo que, embora tenha tido grande importância política, pode ser considerado minoritário quantitativamente. Quando olhamos a terceira coluna, é evidente um movimento de crescimento do êxito das candidaturas lançadas: se em 1998, apenas 5,7% dos eleitos para Deputado Federal sinalizavam o pertencimento aos evangélicos, em 2014, percentual salta para 12,9%. Assim, estamos tratando de uma “minoridade política” que apresenta um expressivo e crescente sucesso nas últimas

eleições, o que pode indicar o êxito da organização política construída por igrejas evangélicas ao longo dos últimos anos¹⁰.

Como foi afirmado, a classificação utilizada engloba os candidatos que estão associados de algum modo ao universo evangélicos, mas pouco nos diz a respeito dos vínculos com as Igrejas. Trata-se de uma informação importante, pois pode proporcionar uma heterogeneidade no interior dessas candidaturas. A próxima tabela mostra quais dos identificados como evangélicos estavam vinculados diretamente às Igrejas.

Tabela 2. Os evangélicos e a vinculação às igrejas (%)

Ano	% dos evangélicos	N dos evangélicos	% Apenas entre os eleitos	N entre os eleitos
1998	73,7	56	96,6	73
2002	59,0	82	100	139
2006	51,8	87	88,6	148
2010	64,1	108	89,2	151
2014	50,7	94	87,9	164
Total 740		426		677

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017).

Como fica claro, embora com oscilações, observa-se uma redução da vinculação ao longo do tempo. Em 1998, apesar de ter contado com um percentual menor de candidaturas, a maior parte delas estava vinculada diretamente às Igrejas evangélicas (73,7%). Já em 2014, mesmo com um crescimento dos evangélicos, identificou-se uma redução significativa do domínio organizacional das Igrejas, com aproximadamente metade das candidaturas (50,7%) estando conectada a elas. Assim, com exceção de 2010, constata-se o crescimento de um conjunto de candidatos evangélicos sem vínculo claro com a organização das principais Igrejas.

¹⁰ É importante mencionar que a importância organizacional é identificada em estudos que trataram, principalmente, da atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (ORO, 2003; NASCIMENTO, 2017; LACERDA 2017). A discussão sobre a importância da estrutura das Igrejas tem se conectado, cada vez mais, com o debate a respeito das organizações partidárias que elas estreitaram relações, nos últimos anos (NASCIMENTO, 2017, CASSOTTA, 2019).

Em relação à terceira coluna, é importante destacar o alto percentual, em todos os anos, de candidatos com vínculos com as Igrejas entre os eleitos. O que merece ser apontado é que o movimento identificado é de redução desse percentual: de 96,6% em 1998, para 87,9% em 2014. Ou seja, as “candidaturas vinculadas” ainda são a grande maioria entre os evangélicos eleitos, mas também é identificado um crescimento de “evangélicos independentes” (de 3,4% para 12,1%).

Tratando apenas daqueles candidatos que foram identificados como vinculados às Igrejas, a próxima tabela apresenta as cinco principais ao longo do período estudado.

Tabela 3. As candidaturas evangélicas e suas Igrejas (%)

Ano	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Batista	Igreja do Evangelho o Quadrangular	Presbiteriana	Outras	Não vinculados
1998	22,4	22,4	9,2	7,9	6,6	5,3	26,3
2002	20,1	18,7	4,3	7,9	2,9	5	41
2006	23,5	9,4	4,7	5,9	2,9	5,3	48,2
2010	24,7	7,6	8,8	10	5,9	7,1	35,9
2014	22,5	8,1	5,7	4,3	3,3	6,7	49,3
Total (740)	22,8	11,6	6,3	6,9	4,1	6	42,3

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b).

Como os dados mostram, é possível notar uma redução da proporcionalidade das candidaturas vinculadas à Igreja que protagonizou a inserção política evangélica em nossa atual experiência democrática. Enquanto, em 1998, a IURD contou com 22,4% dos evangélicos, em 2014, esse valor caiu para 8,1%. Já a Assembleia de Deus (AD) apresenta percentuais estáveis: de 22,4% para 22,5%. Em relação às demais, observa-se um aumento em 2010, seguido por uma redução em 2014. Assim, se pensarmos no volume de candidaturas, chama atenção essa redução da proporcionalidade da participação da IURD, acompanhada com a estabilidade apresentada pela Assembleia e com um aumento daquelas não vinculadas com nenhuma igreja.

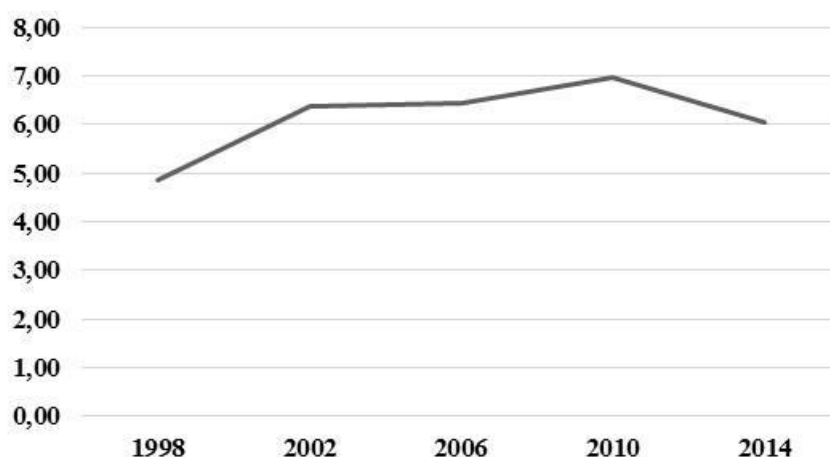
Assim, foi possível identificar alguns padrões iniciais, que vão sustentar a análise seguinte. Em primeiro lugar, mesmo sem movimentos bruscos, o fenômeno político evangélico se mostrou crescente quantitativamente e, de certo modo, eficiente quando olhamos o lançamento das candidaturas. Em segundo lugar,

constata-se que a proporcionalidade de vínculo oficial com as Igrejas tem decrescido ao longo das últimas eleições, acompanhado com a redução do lançamento de candidaturas da IURD. A indagação final refere-se ao modo como esse fenômeno político, com as características já tratadas, têm se relacionado com nossos partidos políticos.

4.2. Igrejas, candidaturas evangélicas e os partidos políticos

Antes de qualquer consideração, a indagação inicial é se é possível identificar alguma mudança dos evangélicos no lançamento de candidaturas em nosso fragmentado sistema partidário ao longo desse período. Para verificar alguma alteração na concentração e dispersão de candidaturas em nossos partidos, o gráfico abaixo apresenta as medidas de Desvios Padrão das distribuições por ano.

Gráfico 1 - Desvio padrão do lançamento das candidaturas evangélicas



Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b).

Como fica claro, é possível ver algumas alterações ao longo do tempo, com crescimento do desvio padrão até o ano de 2010 e uma queda em 2014, mesmo com um conhecido aumento da fragmentação partidária entre as duas eleições¹¹. Em outras palavras, é possível identificar alterações nesse período, mas é importante indagar se esses movimentos ocorrem de maneira homogênea entre os evangélicos.

¹¹ Entre 2010 e 2014, o número efetivo de partidos saltou de, aproximadamente, 11 para 14.

Ou seja, se trata de um grupo coeso quando lidamos com o lançamento de candidaturas em nossos partidos ou se o gráfico apresentado omite diferenças entre as Igrejas que os candidatos pertencem?

Para organizar a análise da distribuição de candidaturas em nosso sistema partidário, vamos apresentar os partidos agregados por tamanho e ideologia. O critério que utilizamos foi a classificação feita por Berlatto, Codato, Bolognesi (2016), que abrange todos os partidos no período estudado, identificando seis categorias: grandes de direita, grandes de centro, grandes de esquerda, pequenos de centro, pequenos de esquerda e pequenos fisiológicos¹². Trata-se de uma classificação que facilita a análise devido à enorme quantidade de partidos e sua variação ao longo do tempo. A próxima tabela apresenta o cruzamento dela com as Igrejas daqueles que apresentaram vínculos com as candidaturas.

Tabela 4. As Igrejas e tipos de partido (1998-2014)

	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	Outras
Grandes de centro	13,9%	16,9%	13,5%	,0%	25,8%	12,6%
Std. Res.	,1	,8	,0	-2,5	1,9	-,2
Grandes de direita	37,6%	39,3%	50%	42,6%	25,8%	41,1%
Std. Res.	-,4	,0	1,2	,3	-1,2	,2
Grandes de esquerda	6,9%	3,4%	15,4%	27,7%	19,4%	13,7%
Std. Res.	-1,7	-2,2	,9	3,3	1,3	,7
Pequenos de direita	32,4%	40,4%	19,2%	17,0%	12,9%	22,1%
Std. Res.	1,2	2,3	-1,2	-1,4	-1,6	-1,0
Pequenos de centro	3,5%	,0%	1,9%	2,1%	12,9%	5,3%
Std. Res.	,0	-1,8	-,6	-,5	2,8	,9
Pequenos fisiológicos	5,8%	,0%	,0%	10,6%	3,2%	5,3%
Std. Res.	,9	-2,0	-1,5	2,1	-,3	,4
Total	173	89	52	47	31	95
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b). Cramer's V .173, p < .000

¹² A classificação feita pelos autores é: *grandes de direita*: DEM/PFL, PL, PP/PPB, PR, PSD (K), PTB; *grandes de centro*: PMDB, PSDB; *grandes de esquerda*: PDT, PSB, PT; *pequenos de direita*: PEN, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD*, PSDC, PSL, PSN, PST, PTC, SD; *pequenos de centro*: PV, PPS; *pequenos de esquerda*: PC do B, PCB, PCO, PPL, PSOL, PSTU; *pequenos fisiológicos*: PAN, PGT, PHS, PT do B, PTN, PMN, PROS (p.87)

Como fica claro na Tabela 4, considerando todo o período, com as cinco maiores igrejas e o tipo de partido, vemos que as igrejas não buscaram o mesmo perfil partidário. Enquanto entre os candidatos da IURD, o percentual nos partidos grandes de direita foi de 40,4%, entre os da Evangelho Quadrangular esse valor cai para 19,2%. Mesmo com diferenças, tanto no caso da IURD quanto da Assembleia de Deus, constata-se uma concentração maior em partidos de direita, tanto pequenos quanto grandes.

Como o resíduo padronizado aponta, ao olharmos para cada igreja, destaca-se a IURD com o lançamento de candidatos em partidos pequenos de direita, e com resíduos negativos nos partidos pequenos de centro, fisiológicos e grandes de esquerda. Ou seja, há uma concentração dos candidatos da igreja em um tipo específico de partido. Já a Batista apresenta resíduos positivos nos grandes de esquerda e fisiológicos e a Presbiteriana nos grandes e pequenos de centro. Em contrapartida, a igreja que concentra boa parte das candidaturas evangélicas, a Assembleia de Deus, não apresenta concentração positiva em nenhuma categoria de partido. O mesmo ocorre com a Igreja do Evangelho Quadrangular. Tratam-se de Igrejas com candidaturas mais dispersas em diferentes tipos de partidos ao longo do período.

Ao nos debruçarmos na distribuição em cada eleição, o que verificamos é a existência de uma eleição destoante das demais. Analisando a relação entre Igrejas e tipo de partido, identificamos uma relação significativa, principalmente, na eleição de 2010¹³. Assim, para simplificar a análise, as duas próximas tabelas tratarão apenas das eleições de 2010 e 2014.

¹³ Para a eleição de 1998, Cramer V. 346, p.<,121; eleição de 2002, Cramer V. , 317, p.<,011; eleição de 2006 Cramer V. ,256 p.<120; eleição de 2010 Cramer V. ,295 p.< ,001; eleição de 2014 Cramer V. ,276, p.< ,006.

Tabela 5. Candidaturas vinculadas às Igrejas na eleição de 2010

	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	Outras
Grandes de centro	14,3%	,0%	11,8%	,0%	20%	13%
Std. Res.	,7	-1,2	,1	-1,3	,9	,3
Grandes de direita	31%	,0%	52,9%	40%	40%	39,1%
Std. Res.	-,4	-2,1	1,3	,4	,3	,4
Grandes de esquerda	4,8%	,0%	11,8%	20%	10%	13%
Std. Res.	-,9	-1,1	,4	1,4	,1	,6
Pequenos de direita	42,9%	100%	17,6%	20%	10%	26,1%
Std. Res.	,7	3,8	-1,3	-1,1	-1,4	-,8
Pequenos de centro	2,4%	,0%	5,9%	,0%	20%	4,3%
Std. Res.	-,6	-,7	,3	-,8	2,5	,0
Pequenos fisiológicos	4,8%	,0%	,0%	20%	,0%	4,3%
Std. Res.	-,1	-,8	-,9	2,6	-,7	-,1
Total	42	13	17	15	10	23

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b) Cramer V. ,295 p.001

Tabela 6. Candidaturas vinculadas às Igrejas na eleição de 2014

88

	Assembleia de Deus	Universal do Reino de Deus	Igreja do Evangelho Quadrangular	Batista	Presbiteriana	Outras
Grandes de centro	8,5%	,0%	22,2%	,0%	28,6%	16,7%
Std. Res.	-,5	-1,3	1,1	-1,1	1,5	1,0
Grandes de direita	23,4%	,0%	44,4%	41,7%	14,3%	30%
Std. Res.	-,2	-2,0	1,2	1,2	-,5	,6
Grandes de esquerda	6,4%	,0%	11,1%	8,3%	14,3%	16,7%
Std. Res.	-,6	-1,2	,2	-,1	,5	1,4
Pequenos de direita	46,8%	100%	22,2%	33,3%	28,6%	26,7%
Std. Res.	,2	3,4	-1,0	-,6	-,7	-1,5
Pequenos de centro	2,1%	,0%	,0%	,0%	14,3%	6,7%
Std. Res.	-,4	-,7	-,5	-,6	1,6	1,0
Pequenos fisiológicos	12,8%	,0%	,0%	16,7%	,0%	3,3%
Std. Res.	1,4	-1,1	-,8	1,2	-,7	-,8
Total	47	17	9	12	7	30

Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b), Cramer's V. ,276, p. ,006

Como fica claro nas tabelas 5 e 6, o destaque é para a IURD que, nas eleições de 2010 e 2014, concentraram suas candidaturas em apenas um grupo de partidos, os pequenos de direita. Já na Igreja com maior número de candidatos, a Assembleia

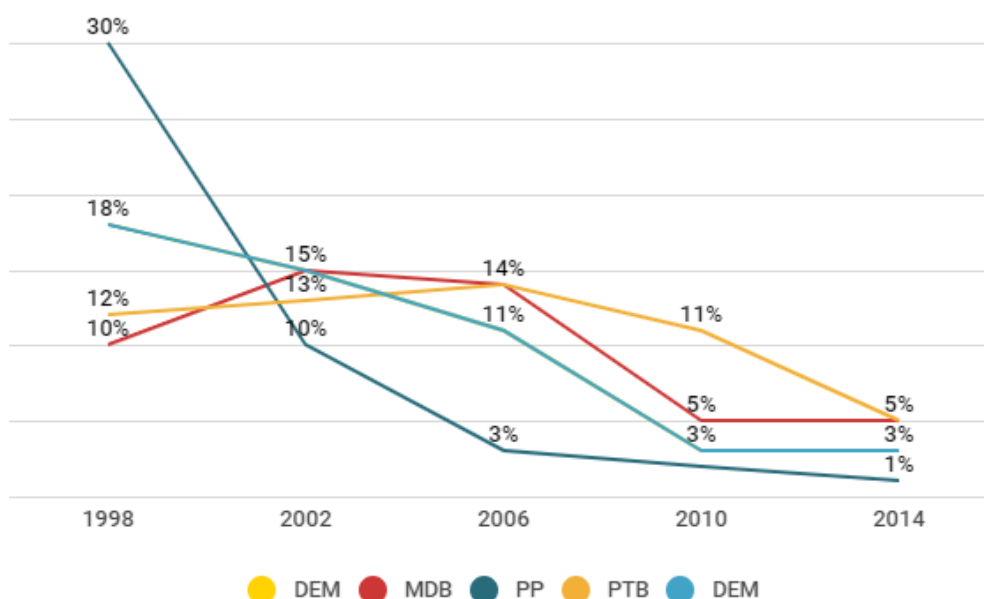
de Deus, há dispersão de candidaturas em todos os tipos de partidos, o que é verificado em todo o período. Assim, mesmo com o não aumento de candidaturas, a IURD as concentrou em um tipo determinado de legendas: os pequenos de direita.

Para aprofundarmos em tal padrão observado, resta analisarmos o lançamento por partido político. Ou seja, em relação à essa concentração observada na IURD, é possível identificar algum partido específico que concentrou essas candidaturas? E entre as candidaturas da AD, constata-se qual comportamento? Como a quantidade de partidos políticos inviabiliza a exposição completa dos dados, nos concentramos nos casos emblemáticos ao longo das cinco eleições.

No início do período, o total de candidaturas identificadas com vínculo religioso foi de 56, distribuídas em 13 partidos, já na eleição de 2014 esse número passou a ser de 122 candidaturas, em 24 partidos. Os partidos que mais concentravam as candidaturas eram os partidos tradicionais: PP (Progressistas), DEM (Democratas), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), juntos somavam 73% das candidaturas. Abaixo deles vinham outros partidos como PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSDB, PT, mas nenhum passou do patamar de 5% dos candidatos religiosos.

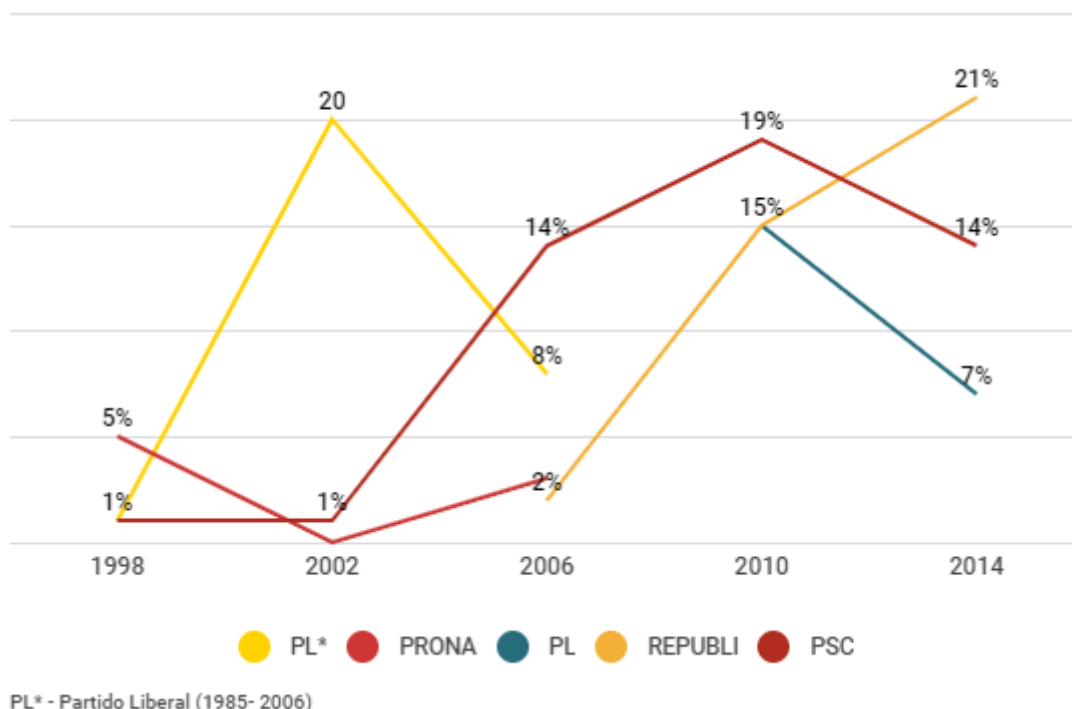
89

Gráfico 2. Porcentagem de candidaturas vinculadas às Igrejas no DEM, MDB, PP e PTB, de 1998 a 2014 (%)



Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b).

Gráfico 3. Porcentagem de candidaturas vinculadas às Igrejas no PL, PRONA, PR, Republicanos e PL, de 1998 a 2014



Fonte: Organização própria dos dados a partir de Lacerda (2017b).

90

Quando olhamos o Gráfico 2 e 3, constatamos que, no decorrer do período, o cenário modifica de maneira expressiva: os partidos que abrigavam as candidaturas vinculadas às igrejas tiveram uma queda significativa e as demais legendas, principalmente, as menores e que sofreram fusões, receberam maior quantidade de candidaturas evangélicas. Ou seja, os tradicionais partidos de centro e direita deixaram de protagonizar o lançamento de candidaturas das principais Igrejas.

Os quatro partidos que, no início do período, somavam 73% de lançamentos em 1998, em 2014 contaram com apenas 17%. Já Republicanos, PSC e PL passaram a ter destaque, somando 43,3% dos candidatos com vínculos religiosos no último pleito observado. Assim, há um movimento de migração do lançamento de candidaturas dos partidos maiores e médios para os pequenos que, em 2014, contaram com apenas 9,3% das candidaturas.

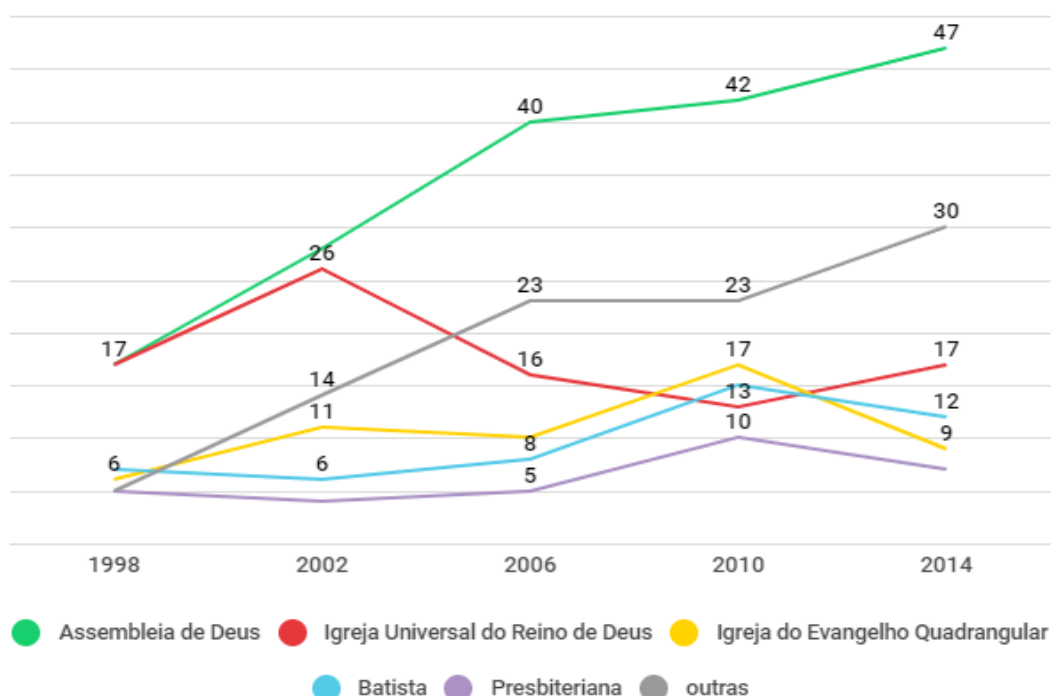
O antigo PR, hoje PL, partido originário da fusão do PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional) com o PL (Partido Liberal), na sua estreia em disputa eleitoral no ano de 2010 apresentou 15% das candidaturas das igrejas evangélicas. Porém, na eleição seguinte, teve uma redução para 7%. Já o

Republicanos, partido fundado em 2005 pelo então vice-presidente da República José Alencar, antes presidente de honra do PL, iniciou a disputa eleitoral em 2006 com baixa proporção dos candidatos evangélicos, apenas 2%, mas, desde então, iniciou uma trajetória crescente. Em 2010, o partido figurou, empatado com o PL, como o segundo partido em concentração de candidaturas vinculadas às igrejas, e na eleição de 2014, passou a ser o principal partido destas candidaturas, concentrando 22% do total.

É importante relembrar que o PL, criado em 1985 e dissolvido em 2006, era conhecido por ser um partido de viés conservador e por apresentar entre seus membros pessoas vinculadas às igrejas evangélicas. Foi um partido que ganhou destaque a partir da ocupação da cadeira de vice-presidente da República de 2003 a 2010, durante os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Após o escândalo do Mensalão em 2005 uma ala do partido, ligada ao Valdemar Costa Neto, se fusionou com o PRONA para fundar o PR, hoje PL, e outra ala fundou o Republicanos, ligada ao ex vice-presidente José Alencar. O antigo PL se tornou importante genitor desses dois novos partidos, que desde 2006 vêm se destacando pelo contingente considerável de candidaturas vinculadas às igrejas evangélicas. O PSC é o outro caso de uma legenda que apresentou crescimento no decorrer das eleições, o salto foi da disputa de 2002 para 2006.

Os próximos gráficos tratam das Igrejas individualmente, mostrando o protagonismo crescente da Assembleia de Deus no lançamento de candidaturas, muito acima das demais denominações. Se o número total de candidatos com vínculos religiosos dobrou, o quantitativo de candidatos vinculados a AD triplicou dentro do período, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Evolução das candidaturas por Igrejas



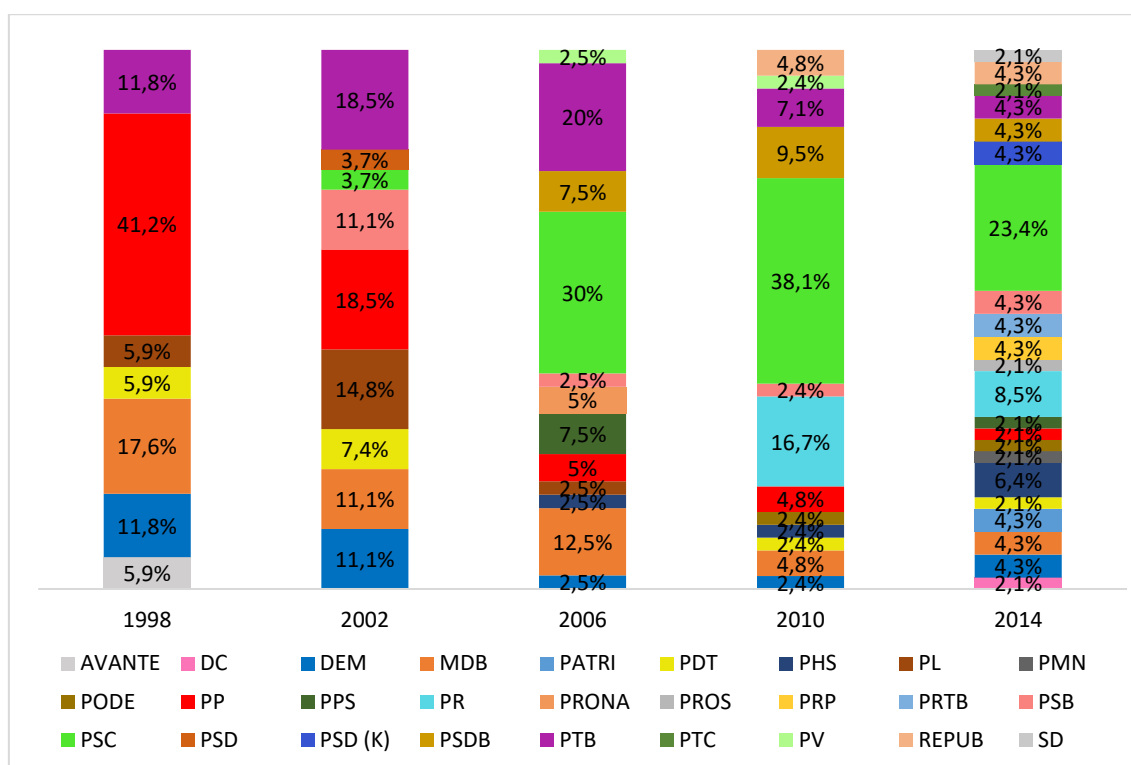
Fonte: Organização própria a partir dos dados contidos em Lacerda (2017b)

92

A próxima indagação refere-se aos partidos que se distribuem os candidatos dessas Igrejas. Ou seja, haveria uma estratégia, de igrejas e/ou partidos, para o lançamento dessas candidaturas dentro de suas listas? Para obtermos a resposta da nossa pergunta demonstraremos a distribuição dos candidatos das duas principais igrejas pelos partidos dentro do período investigado.

O Gráfico 5 apresenta os resultados da Assembleia de Deus, a igreja com maior número de candidatos identificados com alguma das instituições religiosas.

Gráfico 5. Distribuição das candidaturas da AD pelos partidos de 1998 a 2014



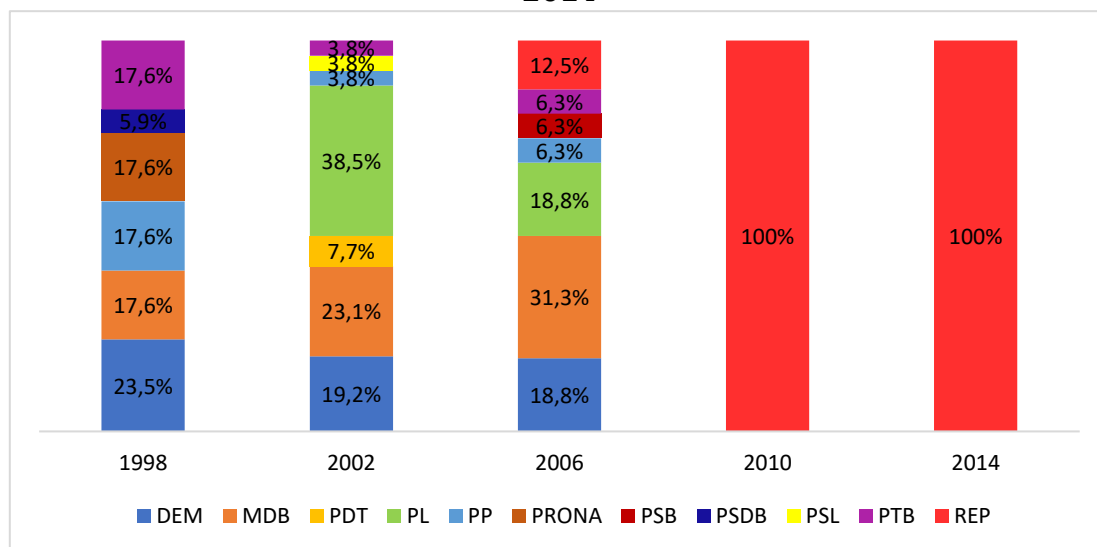
De maneira geral, chama atenção a grande quantidade de partidos que contaram com candidatos vinculados à AD, foram 27 legendas ao longo desse período. Quando olhamos a movimentação, constatamos que em 1998 o PP concentrava 41,2% das candidaturas. Em 2002, o PP e o PTB lançaram a mesma proporção, 18,2% dos candidatos. Neste caso o PP já sinalizava um decréscimo de concentração. Após 2002, é possível observar o crescimento percentual no PSC, que passa a ter o predomínio das candidaturas da AD: da eleição de 2002 para 2006, o partido tem um crescimento de 27,3%, passando de oitavo para primeiro em concentração das candidaturas da AD¹⁴. Além do PSC, o PL é outro partido que nas eleições de 2010 e 2014 se destaca pela representatividade dos membros da AD.

O grande destaque que cabe é que o PSC, dentro de todo o período, não apresentou nenhuma candidatura vinculada a IURD, que é outra grande igreja estruturadora das candidaturas evangélicas. O mesmo ocorre com o PL, apesar de ser um partido mais recente, nas disputas de 2010 e 2014 não lançou nenhum

¹⁴ Essa concentração pode ser explicada pela filiação do Pastor Everaldo, importante membro da AD no Rio de Janeiro, se filia ao partido em 2003, aproximando o partido a Igreja.

candidato vinculado à IURD. São partidos claramente vinculados prioritariamente à Assembleia de Deus. O Gráfico 6 apresenta a distribuição das candidaturas da IURD, que é a segunda que mais lança candidatos.

Gráfico 6. Distribuição das candidaturas da IURD nos partidos de 1998 a 2014



94

Fonte: Organização própria a partir dos dados contido em Lacerda (2017b).

Como o Gráfico mostra, diferente do que ocorre na AD, a IURD se transformou na direção da maior concentração no lançamento de candidaturas. Mesmo no início do período já se constava um quadro bem menos disperso, o número de partidos que contaram com as candidaturas da IURD variou entre 5 e 6 partidos entre 1998 e 2006, muito abaixo do observado nos candidatos da AD. O *turning point* é na eleição de 2010, onde a igreja passa a concentrar seus candidatos em apenas um único partido, o Republicanos.

O Republicanos, como já explicado anteriormente, foi o partido criado pelo ex vice-presidente e ex-presidente de honra do PL, José Alencar, em 2005. É um partido com assumidas relações com a IURD, que afirma que o seu surgimento se deu dentro da instituição religiosa¹⁵. Assim, a “simbiose” entre a IURD e o Republicanos, indicada pelos documentos do partido, foi verificada nos dados de lançamento de candidaturas. Quando olhamos a mudança no comportamento dos

¹⁵ A afirmação está no site do partido, em um post da comemoração dos 12 anos da legenda. Fonte: < <https://www.prb10.org.br/noticias/opinioao/prb-12-anos-e-hora-de-comemorar-mas-tambem-de-esclarecer/> > Acesso em 24/03/2021.

candidatos a partir do surgimento desta legenda, verificamos uma transformação concreta, indicando que há uma estratégia que unifica interesse entre partido e igreja.

5. Considerações Finais

A inserção política dos evangélicos tem despertado a atenção da literatura especializada nas últimas décadas e, talvez, pode ser considerado o principal fenômeno da representação política brasileira em nossa atual experiência democrática. O objetivo deste trabalho foi investigar a distribuição, em nosso sistema partidário, das candidaturas evangélicas nas eleições de 1998 a 2014, para Deputado Federal. Assim, indagamos se foi possível verificar padrões e alterações dessa distribuição ao longo do tempo, tratando de eventuais diferenças entre as igrejas que essas candidaturas estão vinculadas.

95 Apesar de ainda estar em uma fase exploratória, o presente estudo proporcionou alguns achados que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, reforçamos evidências de trabalhos anteriores, que apontam que a inserção política dos evangélicos é um fenômeno heterogêneo, em que se constata tanto candidaturas sem vínculo claro com alguma organização religiosa específica, quanto outras associadas diretamente às igrejas. Ou seja, mesmo com pontos de convergência, é incorreto tratar desse grupo como coeso e único. A diferença nos padrões observados entre a IURD e a AD corroboram teses anteriores, que observam dinâmicas específicas delas, marcadas por fortes diferenças na origem e no seu funcionamento (ORO, 2003, DANTAS, 2011).

Como foi apontado, a diversidade organizacional pode ser pensada como uma explicação para as diferenças identificadas na distribuição das candidaturas, com a IURD tendo uma estrutura mais centralizada (ORO, 2003, NASCIMENTO, 2017) e a AD mais descentralizada (DANTAS, 2011). Assim, mesmo considerando pragmáticas em suas estratégias, as diferenças identificadas podem ser pensadas a partir do modo como o poder é distribuído internamente nessas organizações religiosas. Essa explicação evoca uma conhecida tese a respeito dos partidos políticos, que ressalta o grande peso explicativo da origem e da conformação interna de poder nas organizações.

Em segundo lugar, é possível afirmar que esse fenômeno pertence não apenas ao campo religioso, mas também ao sistema partidário onde ele está inserido. A redução da importância dos partidos tradicionais de centro e direita e o concomitante crescimento dos partidos menores nesse espaço ideológico indica uma transformação que tem sido apontada como característica do crescimento de nossa fragmentação partidária, com o aumento das bancadas de partidos menores. Ou seja, é possível pensar que a movimentação constatada entre evangélicos tem contribuído para o enfraquecimento dos partidos tradicionais brasileiros.

Além disso, é importante reafirmar que essa multiplicidade de padrões e possíveis estratégias podem estar relacionados com características de nosso sistema partidário, que pouco tem constrangido a manifestação dessa heterogeneidade do campo político evangélico. Aparentemente, devido à ausência de nitidez ideológica em grande parte de nossos partidos e às facilidades de criação de partidos, o nosso sistema pôde acomodar distintas estratégias, sem oferecer aos grupos religiosos grandes empecilhos.

96 De qualquer modo, tratam-se de conclusões ainda preliminares, que devem ser testadas de maneira mais cuidadosa, com a incorporação de outras variáveis. As evidências aqui suscitadas levantam importantes questões a respeito de como nosso sistema político tem se transformado e qual a contribuição dos evangélicos nesse processo, em um esforço que se vincula às clássicas ambições de compreensão da relação entre o sistema partidário e a sociedade.

6. Referências bibliográficas

BERLATTO, F., CODATO, A. and BOLOGNESI, B. 'Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados', **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, pp. 77-120, 2016.

BORGES, T.. "Identidade Política Evangélica e os Deputados Estaduais Brasileiros". **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35., pp. 149-171, 2009.

BORGES, T., BABIRESKI, F., BOLOGNESI, B.. "No voto e na fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos candidatos evangélicos nas eleições de 2016 em Curitiba". Paper apresentado no **41º Encontro da ANPOCS**, Caxambu (MG), 2017.

COX, G. . **Making votes count: strategic coordination in the World's electoral systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CARBONELLI, M.. “Valores para mi País: Evangélicos en la Esfera Política Argentina (2008-2011). **Dados**, vol. 58, n. 4, p. 981-1015. 2015.

CASSOTTA, P.. **Partido Social Cristão: organização e distribuição do poder**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2019.

DANTAS, B. **Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIP, A. . **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.

FONSECA, A. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. 1993.

KALYVAS, S. **The Rise of Christian Democracy in Europe**. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1996.

97

KINZO, M. (2004). “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, n. 54. p. 23-40, 2004.

LACERDA, F. “Evangelicals, Pentecostals and Political Representation In Brazilian Legislative Elections (1998-2010)”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**., v. 32, n. 93. p. 1-23, 2017.

LACERDA, F. Banco de Dados de Candidaturas Evangélicas. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo - USP. In: **Consórcio de Informações Sociais**, 2017. Disponível em <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 15/05/2018. 2007b.

LAPALOMBARA, J., WEINER, M.. “The origin and development of political parties” In: LAPALOMBARA, J, WEINER, M.. **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1966, p. 3-42.

LIJPHART, A. (1994). **Electoral systems and party systems: a study of twenty-seven democracies, 1945-1990**. Oxford: Oxford University Press. 1994.

LIPSET, S., ROKKAN, S. “Cleavage structures, party systems, and voter alignments”. In: MAIR, P. (ed). **The West European Party System**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 91-138.

MACHADO, M. D. C (2006). **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. São Paulo: FVG Editora.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, 2001.

MARIANO, R. & ORO, A, "The reciprocal instrumentalization of religion and politics in Brazil". **Annual Review of the Sociology of Religion**, v. 2. p. 245-266. 2011.

MACHADO, M. D. C. & BURITY, J., "A Ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos". **Dados**. v. 57, n. 3, p. 601-631. 2014.

MARIANO, R.. (2004), "Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal". **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 121-138. 2004.

MELO, C. R. "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 4. pp. 13-41, 2010.

NASCIMENTO, C. C. **Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus**. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, 2017.

NETTO, G. F., SPECK, B. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? **Opinião Pública**, v. 23, n. 3, p. 809-836, 2017

NEUMANN, S. **Partidos políticos modernos**. Madrid: Tecnos, 1965.

98 NICOLAU, J. "O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil". **Dados**, v.49, n.4, p. 689-720, 2006.

ORO, A P. "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

PEREIRA, C., MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil". **Dados**, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

PERES, P. "Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68. p. 53-72. 2008.

PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil: religião sociedade e política**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

PRANDI, R., CARNEIRO, J. (2018). "Em nome do pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96. p. 1-22, 2018.

RAE, D. **The political consequences of electoral laws**. New Haven/ London: Yale University Press, 1967.

SAMUELS, D. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. **Dados**, v. 4, n. 03, 1997.

SCHOENFELDER, R., PAZ, J., “A Igreja do Evangelho Quadrangular nas eleições de 2006: a disputa pela vaga de deputado Federal”. **Debates do NER**, v. 7, n. 10, p. 27-37. 2006.

SOARES, G. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

STOLL, H.. **Changing Societies, Changing Party Systems**. Cambridge: Cambridge University Press. 2013

TAAGAPERA, R., SHUGART, M.. **Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems**. New Haven: Yale University Press, 1989.

TANAKA, Marcela G (2018). **O Voto da Fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.

TAVARES. J. A.. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

VILLAZÓN, J. “Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político”. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A., CODAS, G. (org). **Direita, Volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. P. 163-168.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1991.

The “Representatives of God” and the party system: an analysis of the distribution of evangelical candidacies (1998-2014)

Tiago Borges
Flávia Babireski

Abstract: The article deals with the relationship between the Brazilian party system and the entrance of evangelicals in the political arena in recent years, investigating the launch of candidacies for Federal Deputy by the main neo-Pentecostal churches between 1998 and 2014. Even with some institutional stability, we asked about transformations and differences in the distribution of candidates in the political parties. In an analysis of the distribution of churches candidacies, we identified: progressive emptying of evangelical candidacies in the more traditional parties, with a significant increase in medium and small parties; different strategies within the evangelical field: while the Assembleia de Deus dispersed its candidacies, the Igreja Universal do Reino de Deus concentrated on only one party. Such findings suggest that the heterogeneity of the evangelical field was absorbed by our party system, which did not put any obstacles to the different strategies.

Keywords: Political parties; Evangelicals; Party system; Political representation; Brazilian political institutions.

Los “Representantes de Dios” y el sistema de partidos: un análisis de la distribución de las candidaturas evangélicas (1998-2014)

Tiago Borges
Flávia Babireski

Resumen: El texto trata de la relación entre el sistema de partidos brasileño y la inserción de los evangélicos en la arena política en los últimos años, investigando el lanzamiento de candidaturas a diputado federal por las principales iglesias neopentecostales entre 1998 y 2014. Incluso con cierta estabilidad institucional, preguntamos sobre las transformaciones y diferencias en la distribución de candidatos en los partidos. En un análisis de la distribución de candidaturas vinculadas a las Iglesias Evangélicas, identificamos: vaciamiento progresivo de candidaturas en los partidos más tradicionales, con un aumento significativo de partidos medianos y pequeños; Diferentes estrategias del campo evangélico: mientras la Assembleia de Deus dispersaba sus candidaturas, Igreja Universal do Reino de Deus se concentraba en un solo partido. Tales evidencias sugieren que la heterogeneidad del campo evangélico fue absorbida por nuestro sistema de partidos, lo que no obstaculizó las diferentes estrategias.

Palabras-clave: Partidos Políticos; Evangélicos; Sistema de partidos; Representación política; Instituciones políticas brasileñas.

Recebido em 1 de abril de 2021
Aprovado em 30 de julho de 2021